

REQUERIMENTO Nº , de 2011
(Da Senadora Marinor Brito)

Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão, no Plenário do Senado Federal, com a participação de representantes dos povos Indígenas, Quilombolas, Agricultores Familiares, Ribeirinhos, Moradores da Periferia de Altamira, entidades de direitos humanos, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, e demais movimentos sociais, do Ministério Público Federal no Pará, Painel de Especialistas sobre Belo Monte, além de Representantes da Sociedade civil, objetivando a leitura e discussão do Relatório da Diligência promovida por esta Comissão no dia 16 de abril, na cidade de Altamira, Estado do Pará, que lá se dirigiu com a incumbência de ouvir as populações que poderão ser atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Senadora MARINOR BRITO
PSOL/PA

JUSTIFICATIVA

A visita da Comissão de Direitos Humano, em diligência, à cidade de Altamira, surgiu em razão da necessidade de averiguação das reais condições das populações envolvidas. Assim procedeu em vista da emissão da Licença Prévia pelo IBAMA para o início das obras de terraplanagem da região onde será construída a Usina de Belo Monte.

A despeito do não cumprimento de onze condicionantes gerais, o Ministério Público Federal no Pará ajuizou uma Ação Civil Pública, com pedido liminar, com a finalidade de paralisar as obras. A liminar fora deferida, tendo sido posteriormente cassada no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Dessa forma as obras recomeçaram. O MPF no Pará foi ouvido irá explanar sobre as várias ações que existem contra a construção dessa obra.

Relembrando que em 2010 fora realizado, junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), um pedido de medida cautelar por mais de 40 entidades de defesa das comunidades indígenas e da Bacia do Xingu, em vista de que o governo brasileiro violou tratados internacionais dos direitos humanos no caso da usina por não ter realizado oitivas das populações que serão atingidas pelo empreendimento.

Muitas dessas comunidades foram ouvidas. Assim, em razão da importância e gravidade do que foi diligenciado, quando dos depoimentos de representantes dessas entidades, surge a necessidade de que todas as Senhoras Senadoras e Senhores Senadores possam ter acesso à essas informações, de maneira direta.

A CIDH já intimou o Governo Brasileiro a prestar informações sobre a Ação Civil Pública proposta, bem como sobre as normas nas quais se fundamenta a outorga da licença. Não houve, ainda, a resposta.

Desta forma, se fez necessária uma visita à região para verificar in loco a situação da área terraplanada, bem como ouvir a sociedade civil sobre os impactos que já estão sendo sentidos e o Ministério Público Federal, sobre a Ação Civil Pública proposta.

Fizemos a visita e agora precisamos mostrar a verdade.

Sala das Sessões, em de abril de 2011

Senadora MARINOR BRITO
PSOL/PA